

Escola a tempo inteiro: Das promessas às concretizações

IRAIDE BARREIRO

Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras / UNESP Assis – SP – Brasil

MANUELA TERRASÊCA

FPCE-UP

Resumo

Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) no 46/86 de 14 de outubro fixou a escolarização básica em nove anos e incluiu as crianças com 6 anos de idade no 1o ano. Mais recentemente, em 2006, foi criada a Escola a Tempo Inteiro – ETI - como forma de valorizar a política educacional do 1o ciclo (6 aos 9 anos) do Ensino Básico, aliada a outras medidas complementares que lhe dão materialidade. Trata-se do programa de Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC, principal suporte e condição de existência da ETI como dispositivo de democratização do acesso à educação não formal às crianças, independentemente do grupo social a que pertencem.

Uma pesquisa em alguns estabelecimentos de ensino do Porto acerca da Escola a Tempo Inteiro e das Atividades de Enriquecimento Curricular, realizada por meio de entrevistas e observações, aponta pontos positivos e negativos do Programa, dentre os quais se destacam: a maior prioridade no atendimento às famílias em detrimento de uma educação de facto integral, dissociação entre o currículo formal e informal e o tempo maior de permanência das crianças na sala de aula.

Nesse contexto, este artigo busca refletir em que medida a Escola a Tempo Inteiro e a proposição das Atividades de Enriquecimento Curricular, definidas pelo Despacho no. 12591/2006, na prática priorizou mais o atendimento às famílias para garantir acessibilidade ao trabalho e sua subsistência – com a ampliação do tempo de permanência das crianças nas escolas – e menos uma educação integral.